



**Por Pedro Ferreira e Renato Fragelli**

Pedro Cavalcanti Ferreira é Ph.D pela Universidade da Pensilvânia e professor da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Ri

## Flexibilizar o teto?

A fixação do teto de gastos não foi a política desejada, mas sim a possível

19/09/2019 05h00 · Atualizado há 10 horas

O atual movimento pela flexibilização da emenda constitucional 95, conhecida pela alcunha de Teto de Gastos, é apenas a mais nova versão das velhas tentativas de crescer sem corrigir o que está estruturalmente errado. A última delas foi o “furacão” Dilma Rousseff que culminou no colapso econômico do biênio 2015-16.

Em 1988, com a promulgação da Constituição, o Brasil optou democraticamente por tornar-se prisioneiro da armadilha da renda média. Este é o fenômeno observado em países cujo processo político, no intuito de promover a melhoria da distribuição de renda sem enfrentar problemas estruturais, eleva sobremaneira a tributação incidente sobre os setores econômicos mais dinâmicos, solapando-lhes o dinamismo. O resultado é uma sociedade menos desigual, mas estagnada.

**O Brasil é hoje uma Grécia que deve optar entre aprofundar o ajuste fiscal sempre adiado, ou continuar no auto-engano**

A Constituição criou inúmeras despesas, sem que houvesse receita suficiente para financiá-las. Até 1994, a conta foi paga com imposto inflacionário. Após o Plano Real, o crescimento contínuo dos gastos primários foi financiado por aumento da dívida pública. Em 1999, a percepção de que a dívida estava se tornando impagável

produziu uma brutal fuga de capitais que provocou uma maxi desvalorização de 50%. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, promoveu-se um ajuste, mas este foi implantado via aumento da carga tributária, enquanto a despesa primária continuou a crescer em torno de 6% ao ano acima da inflação.

Entre 1994 e 2019, a carga fiscal saltou de 25% do PIB para 33%. Além de altíssima para um país emergente, a tributação é extremamente complexa, gerando enormes custos administrativos e incertezas jurídicas para empregadores. Quem hoje abre um negócio e emprega trabalhadores é quase um inconsequente aventureiro, pois tende a deixar seu lucro nos cofres do governo, caso haja lucro. A economia não cresce, pois investir tornou-se mal negócio. Todo mundo quer emprego, mas ninguém quer empregar. Essa é a dura realidade nacional criada pela elevada e complexa tributação.

Nos anos de 2015 e 2016, o PIB caiu 7% derrubando junto a arrecadação. No entanto, a regra de correção do salário mínimo, que soma a inflação do ano ao crescimento do PIB do ano anterior, desconsidera crescimentos negativos do PIB, o que levou à correção de seu valor pela inflação integral. Sendo o salário mínimo o indexador de dois terços dos benefícios previdenciários, a despesa permaneceu inalterada em termos reais enquanto a receita caía, elevando o déficit primário.

Algo precisava ser feito para se deter o crescimento das despesas. O Teto dos Gastos foi o instrumento criado em 2016 para convencer os mercados quanto à determinação do país em conter o avanço das despesas primárias. Se hoje a taxa de juros encontra-se no seu menor valor histórico, o Teto de Gastos é parte relevante da explicação.

Sua concepção foi muito lógica. Num país onde a arrecadação federal gira em torno de 20% do PIB, o resultado primário em 2016 beirava um déficit de 2,5% do PIB.

Para que a relação dívida/PIB parasse de crescer, era preciso inverter o sinal do resultado primário, transformando-o num superávit de 2,5% do PIB. Como isso exigiria um ajuste fiscal cavalari de 5% do PIB, optou-se por um ajuste gradual. Sob as hipóteses de que, após a implantação de reformas econômicas factíveis politicamente, a economia passaria a crescer 2,5% ao ano; e de que a carga tributária permaneceria inalterada, previa-se que as receitas cresceriam anualmente 0,5% do PIB ( $= 2,5\% \times 0,2$ ). Sendo assim, mantendo-se fixas as despesas em valores reais, ao longo de 10 anos o resultado primário subiria gradualmente de um déficit de 2,5% do PIB para um superávit de 2,5%. A fixação do Teto não foi a política desejada, mas sim a possível.

O Teto de Gastos foi uma medida destinada a criar um impasse: a despesa precisava parar de crescer, de alguma forma. Caberia aos parlamentares decidir como isso ocorreria. Nada mais democrático. A vinculação de despesas incrustada na Constituição representa atualmente cerca de 91% do orçamento federal. Os parlamentares só deliberam sobre 9%. Eles se tornaram meros carimbadores impotentes das decisões tomadas em 1988.

O texto da emenda constitucional 95 prevê que, após o Teto ser atingido, entram automaticamente em ação instrumentos para conter o aumento de despesas, tais como a suspensão de contratação de servidores ou correção de salários. Em média, os servidores federais ganham hoje significativamente mais do que profissionais com a mesma qualificação recebem no setor privado.

Um congelamento de salários nominais por alguns anos poderia alinhar os salários pagos pelo governo federal à realidade do verdadeiro Brasil. Outro canal potencial para cortes seria limitar a correção do Salário Mínimo à inflação, sem aumento real. É preciso definir politicamente como a despesa vai parar de crescer. A alternativa

seria uma nova rodada de elevação da carga tributária que perpetuaria a estagnação. Ou a acomodação monetária que sancionaria a volta da inflação.

O país está chegando ao impasse previsto pelo Teto de Gastos. Este ainda não foi atingido devido aos cortes de investimentos adotados para se cumprir a meta de resultado primário, o que já está gerando um colapso da infraestrutura pública. O Brasil é hoje uma Grécia que deve optar entre aprofundar o ajuste fiscal sempre adiado, ou continuar no auto-engano que prolonga eternamente seu calvário de estagnação econômica. Precisa escolher entre os caminhos trilhados por dois países irmãos: Portugal e Argentina. Os lusitanos fizeram um duro ajuste fiscal e hoje colhem seus frutos, com a retomada da economia. Os portenhos optaram pelo imediatismo e hoje chafurdam na estagflação. O Brasil precisa escolher que país pretende ser no futuro.

## **Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento**

## **Renato Fragelli Cardoso é professor da EPGE-FGV**

---

### **Conteúdo Publicitário**

Links patrocinados por **taboola**

---

#### **LINK PATROCINADO**

Conheça o alarme que protege o que realmente importa

ALARME VERISURE

#### **LINK PATROCINADO**

Chega ao Brasil anti ronco e apneia mais vendido dos Estados Unidos

SLEEP FREE

#### **LINK PATROCINADO**

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

#### **LINK PATROCINADO**

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

#### **LINK PATROCINADO**

Você os conhece? Eles são os brasileiros mais ricos do mundo

DESAFIO MUNDIAL

**LINK PATROCINADO**

Atriz do SBT descobre fórmula para emagrecer rápido e vira febre em Rio De Janeiro

PHYTOPOWER CAPS

---

## Mais do Valor **Econômico**

### **Bolsas da Europa fecham em alta, impulsionadas pelo setor bancário**

Decisão de cortar juros do Fed e de não sinalizar mais nenhum outro corte este ano deu força aos rendimentos soberanos e impulsionou os papéis dos bancos do bloco



19/09/2019 13:42 — Em Finanças

---

### **Fernando Bezerra permanece na liderança do governo no Senado, diz Onyx**

No entanto, o ministro-chefe da Casa Civil disse que irá conversar com o presidente para saber que atitude será tomada



19/09/2019 13:33 — Em Política

---

## **CNA pede para participar de ação contra registro de agrotóxicos**

Partido Verde questiona no STF liberações lideradas pelo Ministério da Agricultura

19/09/2019 13:11 — Em Agronegócios

---

## **Implementação do novo mercado de gás foi surpreendente, diz secretário**

Especialistas, porém, ainda apontam entraves por causa da tributação

19/09/2019 13:03 — Em Brasil

---

## **Bolsas de NY sobem com reavaliação sobre perspectiva para juros nos EUA**

Nova operação do Fed de Nova York para dar liquidez ao mercado reforça visão de que BC americano poderá ser forçado a flexibilizar política monetária



19/09/2019 12:55 — Em Finanças

## Reforma tributária pode fazer PIB crescer 10 pontos em 15 anos, diz Appy

Mentor do texto que tramita na Câmara afirma que proposta tem potencial para tirar economia do marasmo por desonerar investimentos e melhorar ambiente de negócios



19/09/2019 12:29 — Em Política

VEJA MAIS